

# Ilusões reencontradas: a palavra da imprensa e suas aparentes facilidades

MARCELO LEITE

**MARCELO LEITE,** entre outras atividades, estudou Filosofia na USP. É jornalista com experiência na área de ciência e tecnologia. Foi *ombudsman* do jornal *Folha de S. Paulo* entre 1995 e 1996.



*“O jornalismo é um inferno, um abismo de iniquidades, de mentiras, de traições, que não se pode atravessar e de onde não se pode sair puro”*

*(Honoré de Balzac, Ilusões Perdidas).*



A imprensa vive hoje, no Brasil, uma de suas fases solares, sob o foco potente da CPI dos precatórios. Até pela abstração e complexidade do tema, tão bem simbolizadas nessa palavra complicada e subitamente popular, tudo conspirava para afastar a cadeia de transações financeiras imorais da regeneradora luz pública. Decididamente, “precatório” é uma palavra que não cabe no nervosismo concreto e simplificador de uma manchete. E no entanto ei-la diariamente nas capas dos principais jornais do país, graças à obstinação de repórteres e editores (1), logo seguida daquela evidência indemonstrável que leva todo jornalista, e mesmo não-jornalistas, a vaticinar: “isto é notícia”; “um grande caso”; “tem de ser esclarecido”.

As palavras duras esgrimidas por senadores contra financistas emasculados não teriam um milésimo do efeito se ficassem entre as paredes do Parlamento. É pelo falatório instalado há semanas na imprensa que todo o poder constrangedor e acabrunhante da inquisição brasileira se projeta sobre a esfera pública. Jornalistas são mais uma vez festejados como os arautos da moralidade pública. No entanto, tão certo quanto a uma diástole segue-se uma sístole, sem a qual pára a circulação e o corpo morre, essa bonança não durará muito tempo. Já se ouvem vozes deplorando os excessos dos interrogadores e, por extensão, dos cronistas subservientes, sempre prontos a veicular qualquer fragmento de informação, logo apresentado como provas cabais do que no fundo são meras suposições. Pelo menos nesses surtos de concorrência frenética entre repórteres, pulverizam-se todos os antídotos contra a tentação ancestral de passar por verdadeiro o que é apenas verossímil (2). Termine como terminar a CPI, a imprensa será mais dia menos dia precipitada em um novo vale escuro de credibilidade, acusada de manipular e de ser conscientemente manipulada, de proteger os poderosos e de ajudar a crucificar os pequenos, de privilegiar o espetáculo mistificador sobre o esclarecimento paciente e minucioso. É quase uma lei da inconstante esfera pública brasileira: para cada Dire-

tas-Já ou Collorgate, aparece uma Escola Base ou um Alcení Guerra.

Esses dois momentos revelam duas faces igualmente verdadeiras do jornalismo atual, e não são exclusivos do Brasil. Em toda parte, desde sempre, a imprensa tem-se mostrado uma instituição ambígua, bifronte. Quanto mais se aprofunda no escrutínio das reputações, mandato que acredita receber do público, mais vê a sua própria esfarelar-se em acusações de abuso, cinismo, desequilíbrio, invasão de privacidade, manipulação. Nem mesmo meio século separou o casamento de luzes e letras celebrado na Revolução Francesa do retrato sombrio da profissão traçado por Balzac em *Ilusões Perdidas*. Do cristalino princípio da publicidade formulado por Kant (3) à escuridão do Terror foi apenas um passo, se me permitem uma simplificação típica do ramo. Nesses dois ou três séculos de existência, a imprensa moderna parece perseguir com determinação o destino que lhe foi designado por Karl Kraus: “A missão da imprensa é a de difundir o espírito e, ao mesmo tempo, destruir toda a capacidade de assimilação” (4).

Como pode uma palavra tão promissora, por tantos e por tanto tempo identificada como uma luz suficientemente poderosa para injetar transparência de alto a baixo na sociedade, revelar-se ao mesmo tempo instrumento da manipulação, obstáculo e viseira? Na realidade, tal dicotomia não chega a escandalizar por ser muito conhecida. Ela perpassa a própria palavra, em geral, e tem longa história na filosofia, do problema da veracidade ao da ideologia *versus* crítica, passando pela questão mais ampla da denotação/conotação referida por Renato Janine Ribeiro. Surpreendente é que esse aspecto “sujo” do jornalismo, tão recorrente e insidioso, não termine por contaminar a raiz de seu conceito, permitindo com isso a sobrevivência algo inverossímil de uma noção tão ingênua quanto a de opinião pública, entendida como a produção de consensos racionais e maiorias esclarecidas pela livre circulação de opiniões em meio ao público.

Explicar algo da perenidade desse mito, assinalando duas das principais maneiras

pelas quais ele se renova e oculta na prática recente da imprensa brasileira – que eu chamaria de *redução perspectivista* e de *simplificação regressiva* –, é a intenção deste trabalho. Em outras palavras, mostrar por que as facilidades democráticas da palavra jornalística constituem uma aparência – aparência sem a qual não podemos passar, possivelmente, mas ainda assim aparência. No final, pretendo chegar a algumas indicações sobre como tornar esse jogo de ilusões menos caleidoscópico e propenso a confundir, em lugar de esclarecer. Talvez seja a única esperança para o jornalismo nesta época de estilhaçamento da informação: reencaminhar-se para ilusões mais elevadas e respeitáveis.

## O OUTRO LADO DO MITO E O MITO DO OUTRO LADO

“A discussão pública das opiniões é um meio seguro para se fazer brotar a verdade, e talvez seja o único.” Esta frase de Malesherbes é uma das formulações mais sucintas para o cerne da noção de opinião pública e de seu potencial emancipador (5). Embora nem todas estejam enunciadas, pode-se reconhecer no dito – ao menos em germe – a série de oposições que separa a opinião pública de suas negações: verdade/erro; esclarecimento/ignorância; transparência/sigilo; diálogo de iguais/censura; sociedade/Estado.

Em grande medida, no entanto, é o oposto de uma força emancipadora que se verifica no desdobramento histórico da idéia. Como já demonstrou com fartura a crítica de origem marxista, a opinião dita pública nunca contou com a participação de todos, nem sequer da maioria: “A esfera pública burguesa se rege e cai com o princípio do acesso a todos. Uma esfera pública da qual certos grupos fossem *eo ipso* excluídos não é apenas, digamos, incompleta: muito mais, ela nem sequer é uma esfera pública”, afirma Jürgen Habermas em seu livro erudito, mas algo datado, sobre a questão (6). Ela nasceu e ganhou corpo como instrumento

1 No primeiro momento, o assunto das emissões de títulos públicos para pagamento de precatórios foi sustentado solitariamente pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, denunciando aspectos duvidosos de operações efetuadas pelo governo de Santa Catarina. Depois da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal, os outros diários passaram a ceder cada vez mais espaço para o caso “do concorrente”.

2 “Tudo que é provável é verdadeiro” é o lema dos jornalistas retratados por Balzac. Desde sempre, como se vê por esse deslocamento lógico, a imprensa fez um uso da palavra que ultrapassa sua mera função referencial, denotativa. É o que José Miguel Wisnik chamou de “apropriação, para fins não poéticos, da concepção aristotélica do verossímil” em seu ensaio “*Ilusões Perdidas*”, no volume *Ética* (São Paulo, Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992); “um simulacro irônico da verdade poética ao mesmo tempo que uma traição à verdade histórica”. (Como se pode notar já pelo título deste meu trabalho, ele resulta em grande parte de um diálogo de *ex-ombudsman* com o romance de Balzac e sua lúcida interpretação por Wisnik.)

3 “Todas as ações relativas ao direito de outros homens, cuja máxima não é suscetível de publicidade, são injustas” (*Para a Paz Perpétua*, apêndice II).

4 *Ditos e Desditos*, São Paulo, Brasiliense, 1988.

5 A frase foi bem escolhida por Milton Meira do Nascimento como epígrafe de um dos capítulos de seu interessante livro sobre as articulações desse conceito durante a Revolução Francesa, in *Opinião Pública e Revolução* (São Paulo, Edusp/Nova Stella, 1989).

6 *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (de 1961; edição brasileira da Tempo Brasileiro, 1984), p. 105.

de uma classe social, para manter controle sobre as intervenções do Estado na esfera privada dos negócios. O circuito em que se cristalizava essa opinião, providenciando como que reputações instantâneas e até certo ponto precárias para leis e governantes, era de acesso restrito aos que tinham posses e cultura suficientes: o mundo dos clubes, bares e cafés, da leitura de jornais, do próprio Parlamento. Fundada numa identidade fictícia entre burguês e homem, o conceito de opinião pública nasceu contaminado pela ideologia, na medida em que conteúdos contingentes e interessados apareciam como verdades universais, ou pelo menos como produto de consensos esclarecidos (7).

Não é por surgir já no século XIX nem por soar hoje quase como lugar-comum que essa crítica deixa de ser pertinente. Houve por certo conquistas no sentido da integração de parcelas mais amplas das populações ao processo político, como no caso do sufrágio universal, mas isso não quer dizer que elas tenham aumentado relativa ou qualitativamente sua participação na emissão e na crítica dos discursos com algum poder de influenciar a ação do Estado. O próprio ritual do voto, repetido a largos espaços de tempo, simboliza adequadamente o caráter passivo, formalista e restrito da “participação” desses neocidadãos na esfera da política. Com a crescente concentração da propriedade dos meios de comunicação, de um lado, e, de outro, a proliferação de “mídias” cada vez mais avessas à discussão (e por isso mesmo merecedoras dessa denominação abastardada pela propaganda, “mídia”), conclui-se que esse campo da palavra que se convencionou chamar de opinião pública pouco tem, hoje em dia, de visceralmente democrático. Isso é válido em particular para países como o Brasil, nos quais níveis incivilizados de exclusão social produzem multidões de pessoas à margem de qualquer coisa próxima da cidadania.

Impotente diante desse estado de coisas, mas nem por isso deixando de cumprir funções que mesmo o mais extremado crítico qualificaria como democráticas, a imprensa encontra algumas respostas paliati-

vas para esses vícios de origem. A mais importante delas é a regra do pluralismo: sendo impossível o acesso de todos os setores à palavra pública, que se garanta a apresentação do maior número de posições, ou pelo menos das mais representativas correntes de opinião presentes na sociedade. O princípio pode parecer óbvio, hoje em dia, mas certamente não era disseminado pela imprensa brasileira há 10 ou 15 anos, quando a *Folha de S. Paulo* começou a martelar seu ideário jornalístico com sucessivas edições do *Manual da Redação* (dirigidas tanto aos jornalistas quanto ao público leitor). Talvez pela própria simplificação operada pelos manuais (não só o da *Folha*), ou por uma leitura simplificadora do que prescreviam em matéria de pluralismo, esse princípio terminou por sofrer uma espécie de deslizamento ao cristalizar-se na máxima “ouvir o outro lado” (algo bem diferente de “ouvir *todos* os lados”).

A diferença está em que “ouvir o outro lado” pressupõe a existência de apenas dois partidos em uma questão que tenha alcançado a condição de notícia. Mais ainda, implica que a questão assumira a forma de um conflito, e que os atores apareçam necessariamente como opositores. Esse deslizamento indica qual é o tipo de palavra, ou de discurso, que mais interessa ao jornalismo: disputa, polêmica, acusação, denúncia. Não é por acaso que esses vocábulos se repetem com tanta frequência nos títulos de jornal. Seria ingênuo e inútil tentar negar que conflitos em princípio são mesmo notícia (em outras palavras, que eles sejam uma condição suficiente da notícia); mais pertinente é apontar o empobrecimento na concepção que faz deles acima de tudo uma condição necessária, essencial à notícia. O risco inerente a essa perspectiva reducionista da vida pública é pôr para fora das páginas do jornal todo acontecimento em que o foco dramático não seja tão claro e imediatamente identificável (caso provavelmente de muitos processos sociais historicamente relevantes).

A praga da simplificação não afeta somente a pauta, ou seja, a eleição do que seja notícia. “Ouvir o outro lado” serve tam-

7 Uma apresentação em perspectiva histórica dessa crítica marxista da opinião pública encontra-se em “Esfera Pública Burguesa: Idéia e Ideologia”, quarto capítulo de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Habermas atribui muito da dinâmica política dos séculos XIX e XX à apropriação e radicalização dessa idéia por setores mais amplos da sociedade: “à medida que camadas não-burguesas penetram na esfera pública política e se apossam de suas instituições, à medida que participam da imprensa, dos partidos e do Parlamento, a arma da publicidade, forjada pela burguesia, volta-se contra a própria burguesia” (p. 152); “Marx tira da dialética imanente à esfera pública burguesa as consequências socialistas de um antimodelo, no qual se inverte de modo peculiar a relação clássica entre esfera pública e esfera privada. [...] a liberdade do homem privado define-se segundo o papel do homem como cidadão; o papel do cidadão não se define mais pela liberdade do homem como proprietário privado” (p. 154).

bém para conferir ainda à notícia uma aparência de completude, como se o jornal que a estampa tivesse coberto todos os ângulos da questão. Em muitos casos, a mera justaposição de versões deixa o leitor sem saber que conclusão deve tirar, como espectador atônito de um infindável bate-boca, que não tem os instrumentos – informação, conhecimento técnico, oportunidade de discutir – para formar seu próprio julgamento. Essa aparência de neutralidade equivale a uma renúncia da imprensa a contribuir para a solução de questões públicas (afora tomadas de posição inócuas em editoriais), numa inversão daquilo que se imaginava ser sua função, dentro da concepção clássica de opinião pública. É a manifestação acabada do perspectivismo que Habermas enxerga na crítica liberal à opinião pública tomada de assalto pela plebe: “A resignação ante a insolubilidade racional dos interesses concorrentes na esfera pública está disfarçada numa teoria do conhecimento perspectivista: porque os interessados particulares nem sequer podem mais ser medidos no universal, as opiniões, em que eles se traduzem ideologicamente, conservam um irredutível cerne de crença” (8). Em artigo recente para o caderno “Mais!” (9), Pierre Bourdieu denunciou algo semelhante, uma “neutralidade eclética em relação a todas as partes envolvidas”. A crítica a esse estilhaçamento cognitivo é na verdade bem precoce, remontando à obra seminal de Balzac, como assinalou Wisnik no ensaio “Ilusões Perdidas”: “A sociedade burguesa [...] parece inviabilizar, ao mesmo tempo, ou a médio prazo, a sua *mise-en-scène* totalizante: a imprensa é o grande sintoma viral desse fato, no romance de Balzac, pululando versões que pulverizam a aspiração à verdade em verossímeis sem lastro” (10).

Simplificar, dramatizar, pouco ou nada concluir: eis o manual minimalista da imprensa de hoje.

## SIMPLIFICAÇÃO E REGRESSÃO

A palavra jornalística é o império da simplificação a serviço da assertividade.

Redigir um título ou um *lead* (abertura) é fazer a realidade narrada ajustar-se ao leito de Procusto da diagramação e de uma pobre retórica de impacto. A brevidade, o laconismo e a impaciência inerentes à confecção do jornal acabam por engendrar uma espécie de autoritarismo estrutural, estilístico (11). No paraíso dos editores, a própria realidade teria formato jornalístico: as pessoas não falariam, só dariam declarações bombásticas, ou *soundbites*, como dizem os americanos – e de preferência antes das seis da tarde.

Essa compulsão pelo simples, ou, melhor dizendo, pelo simplificado, escamoteia ao público (ao que restou dele) não apenas a maior parte da complexidade social mas a complexidade da própria produção do discurso jornalístico. A crescente agressividade e estridência da imprensa foi acompanhada do surgimento de especialistas em utilizar as regras desse jogo em seu próprio favor, seja na forma de técnicas supostamente “científicas” de assessorias de imprensa e relações públicas, seja nas formas mais intuitivas de manipulação empregadas por algumas personalidades. A maior parte das informações divulgadas na imprensa o são porque alguém assim preferiu e tem interesse na publicação. Esse conhecimento de segunda ordem (“a quem interessa?”), fundamental para uma compreensão menos referencial da vida pública, nunca – ou muito raramente – transparece nas reportagens e colunas (uma inconsciência que alcança escala ainda mais grave quando se trata do espectador de televisão, meio básico de informação da maior parte da população). A palavra jornalística, assim, mais oculta do que revela, mas apesar disso continua a ser reconhecida como o reducto último da transparência.

A imprensa quer ser um antídoto contra o segredo de Estado, mas se alicerça no uso e no abuso do sigilo de fonte, sempre invocado por aqueles dispostos a administrar-lhe uma ração de informação privilegiada. Arroga-se a condição de pluralista, mas põe em circulação as opiniões daqueles mesmos grupos de políticos, intelectuais e “famosos” de sempre, senhores de um bom

8 *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, op. cit., p. 161

9 *Folha de S. Paulo*, 9/3/97, “O Império Jornalístico”, pp. 5-12.

10 *Ética*, op. cit., p. 324.

11 Em resposta ao sociólogo Luciano Martins, amigo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que se queixara de um título particularmente descontextualizado e reducionista (“Acabou o Estado Nacional, Diz Tucano”), a *Folha* publicou a seguinte Nota da Redação: “Por serem resumos extremamente condensados, os títulos jornalísticos quase nunca comportam filigranas como esta que tanto preocupa o missivista. Para Luciano Martins, o conceito de Estado nacional não acabou, mas está em crise. E daí? A imprensa deve melhorar seus títulos, não há dúvida. Mas os intelectuais agora transformados em aprendizes de políticos ajudariam muito se comesassem a falar de maneira categórica ou, pelo menos, clara”.

relacionamento com a imprensa. Pretende ser o resultado da livre circulação de idéias e argumentos, mas é a primeira a estreitar o número de categorias em circulação, ávida por rótulos e lugares-comuns com poder zero de explicação, como “globalização”, “corporativismo”, e “queda do Muro de Berlim”. Deveria ser o veículo do esclarecimento do público, mas termina por erigir-se em reprodutora de preconceitos e ideologias.

Mesmo que se recuse a figura da “manipulação” repetidamente identificada por Habermas por detrás dessa configuração da esfera pública, por sua inspiração conspiratória, não se pode negar a felicidade do termo “refeudalização” para caracterizá-la. A esfera pública retrocedeu às opiniões lastreadas mais na reputação de quem as emite do que na qualidade provada de seus argumentos, vale dizer, àquelas opiniões engendradas à margem da opinião pública e que dela prescindem para impor-se como dominantes: “A esfera pública se torna uma corte, *perante* cujo público o prestígio é encenado – ao invés de *nele* desenvolver-se a crítica” (12). Mas há também outras formas de regressão, que assumem uma aparência mais moderna e até impessoal, na importância cada vez maior conferida àquilo que, eufemisticamente, se chama de “mercado” (uma coletividade intangível de agentes e operadores financeiros interligados por redes eletrônicas que vão além das fronteiras nacionais). Esses humores, anônimos e céleres, quando misteriosamente concertados em ataques especulativos, podem ser devastadores para a sobrevivência de planos econômicos, projetos políticos e até de governos e países inteiros.

## REINVENTAR A IMPRENSA E SUAS ILUSÕES

Todo esse distanciamento da opinião pública realmente existente em relação ao mito tradicional – pluralismo rebaixado ao conflito teatral, autoritarismo redacional, refeudalização das reputações – não justificaria, porém, abrir mão dessa palavra

apesar de tudo democrática, ainda que a título precário, representada pela imprensa. Seria injusto conformar-se com uma leitura niilista ou cínica de outra célebre frase de Balzac em *Ilusões Perdidas*: “Se a imprensa não existisse, seria preciso não inventá-la”. Ela existe; não há outra saída senão reinventá-la. Mesmo nesse estranhamento, imperfeitas, imprensa e opinião pública têm sido capazes de realizar pontual e intermitentemente parte das promessas implícitas naquele mito. Seria insano negar, por exemplo, que casos de imprensa como a CPI dos Precatórios e o Collorgate trouxeram avanços para a vida pública brasileira, por mais contaminados que tenham sido pela lógica perversa do espetáculo “midiático”. Ou, ainda, desconhecer o efeito pedagógico que a simples exibição de um vídeo amador documentando a grotesca violência policial numa favela esquecida exerce sobre a viciada discussão dos direitos humanos “só dos bandidos”.

A palavra da imprensa dá a todo momento provas do quanto pode ser democrática. Pelo simples fato de referenciar-se na noção clássica de opinião pública, a imprensa a repõe continuamente, ao mesmo tempo em que a frustra. A revelação de um único segredo lembra a todos quão certo estava Kant ao identificar nele o obstáculo para a concordância da política com a moral. Dois séculos depois, o eco do princípio da publicidade pode ser ouvido na formulação mais prosaica, mas não menos perspicaz, de Adam Gopnik em outro artigo do caderno “Mais!” dedicado ao jornalismo: “Mais do que qualquer outra instituição [...] a imprensa livre protege a decência pública. Ela o faz, quer gostemos disso, quer não, traçando uma distinção entre o que se situa no meio do espectro social e o que ocupa suas margens” (13). Revelar práticas e documentos ocultados do público como que o força a emitir um julgamento, a pronunciar-se sobre o que até então era desconhecido, ou ativamente ignorado: onde situar isso que era até então desconhecido, no rol do que é aceitável (o meio) ou fora dele (o marginal)?

Já se tornou um lugar-comum dizer que

12 *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, op. cit., p. 235. É interessante notar como Richard Sennett, seguindo caminhos muito diversos, termina por indicar, igualmente, o caráter regressivo da esfera pública nos dias de hoje, em *O Declínio do Homem Público* (São Paulo, Companhia das Letras, 1988), ao falar por exemplo de uma tendência ao que se poderia chamar de “retribalização”, pela importância crescente da comunidade e da etnia como referências, em detrimento do público em geral.

13 “O Ciclo Inflacionário da Agressão”, 9/3/97, pp. 5-7.

o maior patrimônio de um jornal é sua credibilidade. Real ou postíça, só com ela pode sobreviver esse gênero curioso de produto. Ora, credibilidade nada mais é do que a capacidade de uma publicação enfrentar, ela mesma, o escrutínio do público, de sustentar com provas e argumentos tudo aquilo que noticia ou analisa sobre pessoas e instituições. Um produto que depende tanto do crivo da crítica tem algo mais do que uma relação meramente adventícia ou oportunista com as promessas implícitas na noção de opinião pública (embora isso possa ser verdadeiro em muitos casos particulares). Mais e mais órgãos de imprensa, no Brasil, vêm tomando consciência dessa vinculação, processo que teve sua marca mais visível na adoção da figura do *ombudsman* pela *Folha*, em 1989. Disseminou-se a partir daí a idéia de *media criticism*, na forma de programas de televisão sobre imprensa, colunas sobre TV, publicações especializadas como *Imprensa*, *Observatório de Imprensa* e o boletim do Instituto Gutenberg. Ao admitir e até incentivar a discussão sobre suas próprias mazelas, a imprensa certamente vem tornando-se mais democrática.

Da crítica e da autocrítica à mudança, no entanto, vai alguma distância. A própria figura do *ombudsman*, revolucionária há sete anos, corre o risco de estiolar-se numa crítica inócua, por falta de interlocução. Muitas das preocupações aqui apresentadas vêm sendo repisadas por *ombudsmen* e outros críticos da grande imprensa, nos últimos anos, e por vezes se tem a impressão de que ela caminha na direção oposta. O diagnóstico mais comum é o de que se trata de uma forte tendência à simplificação e à superficialidade, efeito do encurtamento dos textos e da migração para informações visuais imposto pela concorrência da TV e novos meios eletrônicos de informação. Muitos entendem que a tendência é mesmo inexorável. Sob esse ponto de vista, a palavra da imprensa encontraria cada vez mais dificuldade para ser esclarecedora por ser cada vez menos palavra(s), por entregar-se à tentação – ou imperativo – de substituir conceitos por imagens.

Esse diagnóstico pode até estar certo, mas o prognóstico conformista deve estar errado. A tendência só é inexorável se não é combatida. Há inclusive sinais – por exemplo na sociedade norte-americana – de que essa civilização televisiva-informática pode revelar-se inviável a médio e longo prazo, por incapacidade de manter um mínimo de coesão social. A dieta apassivadora de informações oferecida pela TV (14), que não muda essencialmente com a Internet apesar de toda a propaganda sobre uma abstrata “interatividade”, é disfuncional, porque dissocia os indivíduos daquela coletividade maior, a opinião pública que deveria dar forma e personalidade a uma nação. Num país como o Brasil, em que os vetores estruturais de exclusão são violentamente mais fortes e atuantes, sustentados por uma indecente concentração de renda, a produção de marginais políticos mostra-se mais eficiente do que a lenta gestação civilizadora propiciada pela disseminação da educação pública, criando como que uma nova forma de escravidão, simbólica, “virtual”, como está em voga dizer. “A escravidão é a ausência da possibilidade de expressão”, afirma Milton Meira do Nascimento numa bela passagem (15).

O imperativo da democratização da imprensa costuma ser reduzido por muitos a um dilema (o que é também uma forma de fugir do desafio): popularizar-se, buscando ampliar o público leitor, ou aprofundar-se, contribuindo para elevar a qualidade da discussão pública? É um falso dilema. A demanda por informação de qualidade, crítica e nuançada, pode estar somente reprimida, não em vias de extinção. Adensar, espessar a palavra jornalística não quer dizer necessariamente alongar frases e reportagens, muito menos abolir as sempre redutoras manchetes. Escrever jornais mais prolixos e enfadonhos não é por certo uma forma inteligente de fomentar leitura. Torná-los mais expressivos, porém, pode ser um bom caminho – desde que isso não sirva de pretexto para arbitrariedade e sensorialismo. Não é fácil delinear o que seria esse aumento da carga de expressão na imprensa. Certamente seria benfazejo

14 Não se trata aqui de demonizar a televisão e atribuir-lhe todos os males da esfera pública atual. Como bem assinalou Richard Sennett em *O Declínio do Homem Público*, a TV apenas responde a necessidades sociais preexistentes, ainda que de forma mais eficiente do que, por exemplo, os jornais: “Os impulsos para se retrair da vida pública começaram bem antes do advento dessas máquinas; não são aparelhos infernais, de acordo com o cenário habitual da tecnologia retratada como um monstro; são instrumentos inventados pelo homem para satisfazer necessidades humanas. As necessidades que a ‘mídia’ eletrônica vem satisfazendo são esses impulsos culturais que se formaram durante todo o século e meio que passou, para se retrair da interação social a fim de saber mais e sentir mais, como pessoa” (p. 345).

15 *Opinião Pública e Revolução*, op. cit., p. 136.

arrostar a tendência para dar de ombros diante de versões conflitantes, arriscando mais interpretações próprias, mas também com maior competência. Mais que isso, seria preciso mobilizar os outros ingredientes do mix de linguagens jornalísticas (tipografia, diagramação, fotografia, infográficos) para *sinalizar* melhor, com mais clareza e espírito (no sentido de *wit*, *Witz*), aquilo que o órgão de imprensa quer dizer, para além da narrativa tosca de acontecimentos.

Existem muitos exemplos de que esse adensamento expressivo é possível, desejado e inclusive eficaz. A mistura balanceada, irônica e honesta de interpretação e informação está com certeza na raiz do prestígio da revista *The Economist*. Colunistas como Elio Gaspari e Marcelo Coelho demonstram que o gênero, revitalizado por estilos absolutamente pessoais, pode oferecer algo mais que idiossincrasias, manias e preferências irrelevantes, como era o caso de Paulo Francis e é o de Arnaldo Jabor (dois virtuosos no uso do poder de intimidação pela derrisão). Os cadernos dirigidos a jovens têm buscado, aos trancos e barrancos, criar análogos impressos da explosão estética renovadora dos videocliques. É certo que muitas, talvez a maior parte das iniciativas e imitações, degeneram em maneirismos ou pura editorialização de cunho autoritário, aquela que contrabandea opinião sob o invólucro de informação (compare-se *The Economist* com a brasileira *Exame*, por exemplo). Com todos os percalços, porém, parece claro que os jornais teriam muito a ganhar se essa inquietude extravasasse dos guetos das colunas e suplementos dirigidos para os cadernos diários e mais tradicionais, que ainda compõem as peças de resistência do jornal diário (Política, Economia, Internacional, Local).

Não se trata somente de estilo; é preciso também ter o que dizer. O espessamento tem de chegar ao ponto de partida de todo jornalismo, pauta e reportagem, criando ou recriando formas de descobrir, observar e narrar o que se passa no teatro social. Um conselho valioso foi dado por Alain

Touraine na mesma edição do “Mais!” sobre o futuro do jornalismo, embora ele apenas tenha verbalizado algo que já está em discussão entre jornalistas há tempos: “A imprensa, para estar a serviço da liberdade, deve evidenciar o máximo possível o sentido geral das experiências particulares [...] dar ouvidos a indivíduos, grupos e coletividades que se esforçam por transformar as suas condições de vida” (16). Se não desenvolver essa capacidade de outros (muitos) lados, de detectar o verdadeiramente novo, algo bem mais difícil do que apenas reportar o mais recente, o jornalismo continuará dependente de acasos como um senador amalucado e necessitado de reciclar a própria reputação, motoristas e secretárias com crises de consciência ou particulares suficientemente temerários para registrar dias a fio em vídeo as aventuras covardes de policiais militares.

• • •

Essas poucas indicações, mesmo que venham todas a vingar, não seriam ainda suficientes para fazer o céu baixar à terra, o Verbo Divino tornar-se corpo e realizarem-se todos os desígnios democráticos do mito da opinião pública. Constituiriam, quando muito, uma maneira de acelerar o ritmo de alternância entre promessa e frustração que parece estar na raiz dessa noção que é tão mais atual porque historicamente sempre ficou aquém das próprias possibilidades. Talvez nem seja possível acelerar esse ciclo, mas somente trabalhar para mantê-lo em movimento, preservando-o de uma extinção que teria efeitos imprevisíveis sobre a ecologia social. Ainda assim, não haveria razão para pessimismo e pânico. A própria resistência do mito, de proporções amazônicas, indica que não será fácil destruí-lo. Paciência, na verdade, é o que mais se requer, pois, como disse Balzac no seu romance demolidor do jornalismo, “a paciência é, com efeito, o que no homem mais se assemelha ao processo que a natureza emprega em suas criações” (17).

16 “Pessimismo Escandaloso”, pp. 5-13. Entre jornalistas brasileiros, instaurou-se um consenso razoável sobre a necessidade de “desestatizar” o noticiário, aproximá-lo da vida real da sociedade e torná-lo menos dependente das decisões do governo e outras organizações do Estado, embora não exista a menor concordância quanto à forma de fazê-lo.

17 *Ilusões Perdidas*, p. 197.